



## Ministro vê como inevitável judicialização do impeachment no STF

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, disse que serão inevitáveis os embates jurídicos na mais alta corte do país por causa do pedido de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Na avaliação dele, os questionamentos quanto às decisões do Congresso Nacional decorrerão principalmente da lei que regula o procedimento, que é de 1950.

“Infelizmente, temos muitas questões que dão abertura para o debate. Por exemplo, o fato de termos uma lei dos anos 50 regulando a matéria. Portanto, se passaram duas constituições e não fizemos uma nova lei. Já tivemos muitos embates no caso [do *impeachment* do ex-presidente Fernando] Collor. Certamente, vamos ter outros embates sobre a aplicação dessa lei à luz da Constituição de 1988”, afirmou.

Gilmar Mendes falou sobre o *impeachment* a jornalistas após [palestrar](#) no seminário A Nova Cultura da Mediação no Brasil, promovido pela Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro, nesta terça-feira (8/12). Segundo o ministro, apesar de esse ser "um tema extravagante às atividades do Supremo", por ser "essencialmente político" e envolver "duas casas do Congresso", o STF vem acompanhando com atenção os fatos da vida política.

Questionado se acha que o *impeachment* será judicializado, ele respondeu que isso é algo inevitável. “Acredito que sim [haverá judicialização], mas isso é inevitável. Diante das decisões que serão tomadas [no Congresso], certamente haverá recurso ao Supremo. Mas isso não muda nada [em relação] ao que já estamos assistindo com as cassações de deputados e os debates nas CPIs. Tudo isso já tem sido levado à judicialização”, afirmou.

O ministro negou que “estejamos vivendo um caso de ruptura institucional” e que o pedido de *impeachment* aceito pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), seja golpe. “Isso é jogo de retórica no plano da política. Ele [o *impeachment*] é um instrumento absolutamente constitucional. Pode ser aceito ou rejeitado, e a vida volta ao normal.”

O ministro defendeu celeridade ao processo, mas não necessariamente a suspensão do recesso parlamentar. Em sua avaliação, o debate não se encerrará neste ano em razão das ações de impugnação do mandato da presidente em tramitação no Tribunal Superior Eleitoral, que “certamente vão projetar seus efeitos para o ano que vem”. “Não é possível atropelar os ritos. Se houver recesso, isso vai ser retomado depois.”

Questionado sobre o que acha da carta que o vice-presidente Michel Temer enviou à Dilma Rousseff, Gilmar Mendes disse que o episódio evidencia que “eles não estão vivendo um bom clima”. “Tem-se aí uma clara divisão que deve se refletir na posição do PMDB, mas estamos apenas iniciando esse processo. O importante é que haja uma solução, qualquer que seja, para que o país possa proceder à fuga para frente. É preciso retomar as atividades normais em todos os campos.”

Na entrevista, o ministro também criticou a decisão do PT de desistir da ação contra o *impeachment* depois da divulgação de que ele seria o relator. Gilmar Mendes rejeitou o pedido e oficiou a Ordem dos Advogados do Brasil contra os advogados. “Achei engraçado, porque isso não se faz. Realmente,



não se deve proceder dessa maneira. Mas também acho que tiveram a resposta adequada, pois não se pode brincar com a Justiça. Tentaram fazer um *teste drive* de juízes. Isso não é adequado.”

**Date Created**

08/12/2015